

**EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.714 - GO
(2019/0081140-8)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
EMBARGANTE : L V DA S M
ADVOGADOS : SÉRGIO SALGADO IVAHY BADARÓ - SP124529
GUSTAVO HENRIQUE R IVAHY BADARO - SP124445
ROGERIO NEMETI - SP208529
JENNIFER CRISTINA ARIADNE FALK - SP246707
LEONARDO DE ALMEIDA MÁXIMO - SP230231
RENATO LAUDORIO - SP345318
JESSICA DIEDO SCARTEZINI - SP351175
ANA CAROLINA ALBUQUERQUE DE BARROS - SP356289
ISADORA AMÊNDOLA - SP376081
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS INEXISTENTES. MERA REDISCUSSÃO. TESE DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. PRETENSÃO DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Apenas se admitem embargos de declaração quando evidenciada deficiência no acórdão recorrido com efetiva obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão, conforme o art. 619 do CPP.
2. Existindo fundamentação no sentido de que o acolhimento da tese de ausência de provas da participação do réu nos crimes imputados encontra óbice na Súmula 7/STJ, não se prestam os embargos de declaração à rediscussão do aresto recorrido quando revelado mero inconformismo com o resultado do julgamento.
3. Não cabe a esta Corte manifestar-se, em embargos de declaração, ainda que para fins de prequestionamento, sobre suposta afronta a dispositivos da Constituição Federal, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.
4. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator